

O processo de inclusão de crianças com Síndrome de Down nas escolas públicas a partir de teses e dissertações realizadas no Brasil no período de 2009 a 2019.¹
El proceso de inclusión de niños con síndrome de Down en escuelas públicas a partir de tesis y disertaciones realizadas en Brasil en el período de 2009 a 2019.

Juliana Lelis Marcacine²
Naíma de Paula Salgado Chaves³

Recebido em: 15/08/2020

Aprovado em: 29/09/2020

Publicado em: 30/09/2020

Resumo:

O presente artigo tem como objetivo analisar o processo de inclusão de crianças com Síndrome de Down em escolas regulares no período entre 2009 e 2019, observando os resultados obtidos em teses e dissertações. Após a pesquisa e aplicação dos critérios de exclusão, o corpus deste trabalho consiste em nove trabalhos, entre dissertações e teses, que atenderam aos critérios, ou seja, estão no intervalo entre 2009 e 2019, abordam a Educação Infantil e a inclusão de crianças portadoras da Síndrome de Down. Ficou evidenciado que a inclusão de crianças com Síndrome de Down carece de maior atenção de pesquisadores, já que há um volume pequeno de estudos, além disso, os trabalhos, ora analisados, demonstram a necessidade de aperfeiçoar a formação inicial e continuada dos educadores infantis, a fim de que a escola básica torne-se uma instituição inclusiva, porém, já se vislumbram boas praticas, que precisam ser disseminadas.

Palavra-chave: Síndrome de Down; Processo de inclusão; Educação Infantil.

Resume:

Este artículo tiene como objetivo analizar el proceso de inclusión de niños con síndrome de Down en escuelas regulares en el período comprendido entre 2009 y 2019, observando los resultados obtenidos en tesis y disertaciones. Tras investigar y aplicar los criterios de exclusión, el corpus de este trabajo consta de nueve trabajos, entre disertaciones y tesis, que cumplieron con los criterios, es decir, se encuentran en el rango comprendido entre 2009 y 2019, abordan la Educación Infantil y la inclusión de niños con Síndrome de Down. Se evidenció que la inclusión de niños con Síndrome de Down necesita más atención por parte de los investigadores, ya que existe un pequeño volumen de estudios, además, los trabajos, ahora analizados, demuestran la necesidad de mejorar la formación inicial y continua de los educadores de la primera infancia, Sin embargo, para que la escuela básica se convierta en una institución inclusiva, ya se vislumbran buenas prácticas, las cuales necesitan ser difundidas.

Palabra clave: Síndrome de Down; Proceso de inclusión; Educación Infantil.

¹ Artigo apresentado na disciplina Trabalho de conclusão de curso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM, como pré-requisito para obtenção do título de Especialista em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva.

² Licenciada em Pedagogia, pós-graduanda em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva. E-mail: juliana.lelis.to@gmail.com Orcid: xxxx

³ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia, Professora Orientadora do Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Educação Profissional Tecnológica Inclusiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triangula Mineiro - Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico. E-mail: naima@iftm.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9440-6770>

Introdução

Atualmente, no Brasil, muito se tem discutido acerca da inclusão de pessoas com Síndrome de Down (SD), no entanto, essa discussão é fundamentada desde a implementação da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205 que aponta que a educação é um direito de todas as pessoas no Brasil. Nesse sentido, o responsável pela oferta de ensino a todos, bem como, aos com necessidades específicas fica a cargo do Estado e este acesso deve acontecer, preferencialmente, nas instituições públicas regulares de ensino (BRASIL, 1988).

Partindo desse pressuposto, temos como objetivo principal neste trabalho, analisar o processo de inclusão de crianças com Síndrome de Down em escolas regulares no período entre 2009 e 2019, observando os resultados obtidos em teses e dissertações. Os objetivos específicos realizados foram: Quantificar as publicações realizadas no intervalo 2009 a 2019; Analisar os resultados sobre a inclusão encontrados em teses e dissertações que abordam a Síndrome de Down; Traçar um panorama da inclusão de crianças com Síndrome de Down no país; Contribuir com o processo de inclusão de crianças com Síndrome de Down.

O estudo foi desenvolvido utilizando a pesquisa bibliográfica de documentos e para realizar nosso estudo foram encontrados no sítio da Biblioteca Brasileira Digital de Teses e Dissertações (BDTD), no âmbito da pesquisa quantitativa. Para a seleção dos documentos foram utilizadas as palavras-chave: “Inclusão, Síndrome de Down, Educação Infantil”. Identificamos um total de vinte e seis trabalhos. Dando continuidade, elegemos três critérios para a seleção dos trabalhos que compõem o corpus deste trabalho, como se observa abaixo:

- Tratar do processo de inclusão de crianças com SD;
- Abordar a inclusão crianças na educação infantil;
- Os trabalhos devem estar no intervalo de tempo entre 2009 a 2019.

Entendemos que estes fatores foram fundamentais para a delimitação do tema, além de definir um intervalo de tempo de uma década, o que permite visualizar a situação da inclusão de crianças com Síndrome de Down no Brasil na educação infantil, cabe

MARCACINE, J. L.; CHAVES, N. P. S.;

mencionar que após a aplicação destes critérios de exclusão, restou um total de nove trabalhos selecionados para compor o corpus deste trabalho-

Este trabalho justifica se pela necessidade de ampliar as discussões acerca da inclusão de crianças com Síndrome de Down nas escolas regulares, haja vista, que a legislação brasileira aponta a necessidade de uma educação inclusiva, no entanto, o processo ainda acontece de forma tímida. Portanto, refletir sobre a inclusão das crianças com SD coloca em discussão e, ao mesmo tempo, promove proposições para que cada vez mais a educação inclusiva se efetive com qualidade.

Definindo a inclusão de crianças com Síndrome de Down

É preciso compreender o processo de inclusão que esta vigente. De acordo com Kibrit (2013) a inclusão é compreendida como um processo de direito à cidadania, que ultrapassa o contexto da instituição escolar permitindo a pessoa com necessidades específicas reafirmar seu lugar de cidadão de direitos dentro da sociedade. A inclusão tem como pré-requisito uma transformação nas concepções de adaptação do sujeito à sociedade para o atendimento da sociedade aos seus direitos de cidadão.

A inclusão é um processo social, portanto, todos têm o compromisso e responsabilidade na sua realização. As pessoas com necessidades específicas têm direitos e possibilidades de interagir, participar dentro da sociedade e são capazes de aprender, como qualquer outro cidadão chamado de comum.

Portanto, é preciso que a sociedade inclua essas pessoas com necessidades específicas e realize adaptações e modificações necessárias para eliminar barreiras que as impeçam de realizar suas atividades.

O desenvolvimento por meio da educação, reabilitação, qualificação profissional etc., das pessoas com necessidades específicas deve ocorrer dentro do processo de inclusão e não como um pré-requisito para estas pessoas poderem fazer parte da sociedade, como se elas “precisassem pagar ‘ingressos’ para integrar a comunidade” (CLEMENTE FILHO, 1996, p.4).

Desse modo, concordamos com o conceito de inclusão de Sasaki:

Conceitua-se a inclusão social como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um

MARCACINE, J. L.; CHAVES, N. P. S.;

processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos. (SASSAKI, 1997, p.3)

Para incluir todas as pessoas, a sociedade precisa ser modificada urgentemente, a partir, do entendimento de que ela é que precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros. Assim entendemos que a inclusão passa, inicialmente, pela conscientização da família, para que esta possibilite o desenvolvimento das crianças com necessidades especiais. Porém, a inclusão escolar perpassa por outros aspectos, os quais, passamos a discorrer.

A inclusão escolar esta embasada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394 de 20/12/1996) que regulamenta toda a educação no Brasil, inclusive a modalidade de educação especial assegura o ensino para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação deve ser ofertado preferencialmente na rede regular. De acordo com esta lei, os sistemas educacionais deverão oferecer estratégias de ensino para favorecer a aprendizagem pelos alunos, como currículos, métodos, técnicas, recursos educativos, organização específica, terminalidade específica e professores especializados.

A inclusão de crianças com deficiência no ensino regular é um processo complexo que requer o envolvimento de todos os profissionais das organizações escolares, bem como da família e dos colegas. Portanto, para que ocorra a inclusão necessitamos reinventar o sistema educacional, de modificando além das estratégias desenvolvendo novas atitudes dos atores educacionais. Como aponta Mantoan (2006):

As escolas inclusivas propõem um modo de se constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em virtude dessas necessidades. A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apoia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. (p.16)

A escola constitui-se em um ambiente facilitador, que oferece uma diversidade de estímulos às crianças, conseqüentemente, favorece o desenvolvimento infantil. A inclusão de crianças com deficiência neste contexto propicia ganhos nas habilidades relativas à fala, ao comportamento social e aos benefícios acadêmicos. Além disto, o ambiente

MARCACINE, J. L.; CHAVES, N. P. S.;

escolar possibilita maior convívio das crianças com SD com outras crianças na mesma faixa etária, o que não ocorre nas escolas de ensino especial ou regular, muitas vezes.

A experiência escolar possibilita o desenvolvimento tanto das crianças com SD como das crianças que possuem desenvolvimento típico, pois, constitui-se em uma experiência singular, já que, permite lidar com o diferente e aceitá-lo como é, o que facilita o processo de sua própria aceitação, para a criança com SD.

Segundo Mantoan (2003):

A inclusão escolar está articulada a movimentos sociais mais amplos, que exigem maior igualdade e mecanismos mais equitativos no acesso a bens e serviços. Ligada a sociedades democráticas que estão pautadas no mérito individual e na igualdade de oportunidades, a inclusão propõe a desigualdade de tratamento como forma de restituir uma igualdade que foi rompida por formas segregadoras de ensino especial e regular. (MANTOAN, p.16,)

A inclusão escolar traz consigo a necessidade de identificar, considerar e valorizar as diferenças individuais nos processos de ensinar e aprender. Esta prática traz benefícios para todos aqueles que sofrem processos de estigmatização e exclusão, independente de ter uma deficiência.

Para que ocorra a inclusão real é importante que sejam realizadas modificações nas práticas da educação para facilitar o desenvolvimento e aprendizado não só das crianças com deficiência, mas também daquelas crianças com desenvolvimento típico.

Síndrome de Down: conhecendo para incluir

A síndrome de Down (SD) é caracterizada por uma alteração genética que resulta da presença de um cromossomo extra, ao invés de dois cromossomos 21, o que conferiu a denominação de trissomia do cromossomo 21. Este cromossomo extra é consequência de um erro na divisão celular, durante a fase embrionária, podendo acontecer desde o momento da concepção ou imediatamente após (MATOS, 2007; ALBERTO, 2014).

Esta mudança genética pode se, apresentar de diferentes formas no indivíduo causando variações físicas, clínicas e nas capacidades cognitivas (BISSOTO, 2005). Os sinais clínicos gerais caracterizam-se por hipotonia, alterações na face, como fissuras palpebrais oblíquas, pregas epicânticas, orelhas pequenas e protrusão da língua; alterações na cabeça, como microcefalia e braquicefalia; além de alterações nas mãos, apresentando dedos menores e apenas uma prega palmar, pinça pequena e displasia.

MARCACINE, J. L.; CHAVES, N. P. S.;

A SD pode estar associada a outras condições clínicas como a cardiopatia congênita (50%); problemas de audição (50-70%); de visão (15-50%); alterações na coluna cervical (1-10%); distúrbios da tireoide (15%); problemas neurológicos (5-10%); obesidade e envelhecimento precoce (MATOS, 2007).

Referente às capacidades cognitivas a SD pode acarretar dificuldades no desenvolvimento da linguagem, no reconhecimento de regras gramaticais e sintáticas da língua, levando a um vocabulário reduzido. Estas alterações podem dificultar o uso de outras habilidades cognitivas, pois há maior dificuldade ao usar os recursos da linguagem para pensar, raciocinar e relembrar informações. Além disto, pode comprometer a capacidade de memória auditiva de curto-prazo, o que dificulta o acompanhamento de instruções faladas, especialmente se elas envolvem múltiplas informações ou ordens/orientações consecutivas (BISSOTO, 2005; ALBERTO, 2014).

Como consequência da SD, a criança pode apresentar atraso no desenvolvimento neuropsicomotor, cognitivo, emocional, além de dificuldades de adaptação social (BISSOTO, 2005; ALBERTO, 2014; ARAUJO, SCARTEZINI; KREBS; 2017).

Síndrome de Down: inclusão escolar

A inclusão escolar de crianças com deficiência no Brasil é considerada um direito de todos e, dever do Estado e da família, sendo garantido pela Constituição Federal (BRASIL, 1988) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), os quais asseguram à população o direito a uma educação de qualidade, compreendida como um processo educativo que conduza os educandos a uma formação ampla, diversificada e cidadã (LIMA, 2006).

A educação inclusiva, de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), tem como função o atendimento educacional especializado e deve ser ofertada no contraturno devendo complementar e/ou suplementar a formação dos estudantes com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. Desta forma, tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas (BRASIL, 2008).

MARCACINE, J. L.; CHAVES, N. P. S.;

Para os alunos com SD, que podem apresentar dificuldades no processo de aprendizagem, a ação educacional deve considerar, primeiramente, que existem necessidades educacionais próprias, as quais devem ser reconhecidas e respeitadas, para que sejam trabalhadas adequadamente, estimulando e desenvolvendo o indivíduo (BISSOTO, 2005).

Nesse sentido, entendemos que os profissionais da educação necessitam rever seus conceitos acerca da Inclusão, e assim, afastar a exclusão do seu cotidiano, evitando a repetição de práticas que reforcem a segregação. O ambiente escolar deve ser propício para receber as crianças com SD, mas a mola motora para impulsionar a inclusão é o aprimoramento teórico dos profissionais da educação, em todos os níveis, como gestores, setor administrativo e pedagógico.

Análise dos Dados

Passamos agora a apresentar os dados obtidos nas produções científicas nacionais sobre a inclusão escolar de alunos com SD, no Quadro 01 a relação do o corpus deste trabalho:

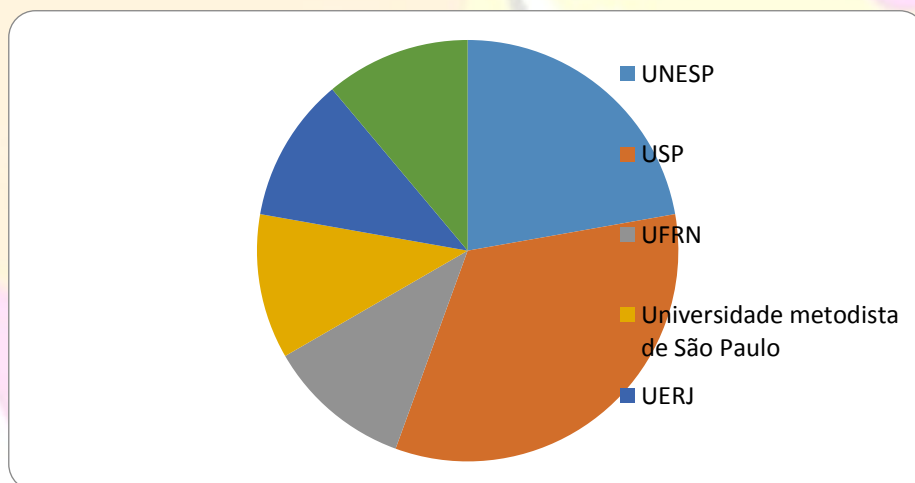
QUADRO 01

Ano	Autor	Orientador	Local/tese ou dissertação	Título
2009	Keila Cristiane de Oliveira Carneiro	Laura Beatriz Fonseca de Almeida	UNESP/dissertação	O processo de inclusão de uma criança com síndrome de down na educação infantil
2009	Patricia Pafaro Gomes Anhão	Jair Licio Ferreira Santos	USP/saúde na comunidade/ Dissertação	O processo de interação social na inclusão escolar de crianças com síndrome de down em educação infantil.
2011	Ingrid Anelise Lopes	Anna Augusta Sampaio de Oliveira	UNESP/ dissertação	Os sentidos atribuídos à escrita por uma criança pequena com síndrome de down: um estudo a partir de atuação

				pedagógica na educação infantil.
2012	Kátia Patrício Benevides Campos	Rosana Glat	UERJ /tese/ppgeducação	Isabel na escola: desafios e perspectivas para a inclusão de uma criança com síndrome de down numa classe comum.
2013	Flávia Mendonça Rosa Luiz	Lucila Castanheira Nascimento	USP/ppgenfermagem/tese	Experiência de professora da educação infantil no processo de inclusão escolar de crianças com síndrome de down
2014	Larissy Alves Cotonho	Sônia Lopes Victor	UFES/tese / PPG Educação	Currículo e atendimento educacional especializado na educação infantil: possibilidades e desafios à inclusão escolar.
2017	Patricia Pafaro Gomes Anhão	Luzia Iara Pfeifer	USP/enfermagem em saúde pública/tese	Análise do desempenho de crianças com síndrome de down no ambiente de educação infantil
2017	Danielle Lueth Assaf	Zeila de Brito Fabri Demartini	Universidade Metodista de São Paulo/dissertação	A escolarização do aluno com síndrome de down e o ensino especializado
2019	Sára Maria Pinheiro Peixoto	Maria Aparecida Dias	UFRN/dissertação	O corpo como sentido, criação e significado da criança com síndrome de down: uma proposta de intervenção docente na educação infantil.

Fonte: A autora

Ao observar os trabalhos encontrados o primeiro fato que nos chama a atenção é a quantidade ínfima de trabalhos que formam o conhecimento sobre a inclusão de crianças com Síndrome de Down, já que no intervalo entre 2009 e 2019, há apenas nove trabalhos. Assim, pudemos observar que o tema precisa ser debatido com mais amplitude. Também podemos observar os centros que se dedicam à inclusão como se observa no gráfico 01:



Fonte: As autoras

Temos a Universidade de São Paulo liderando os estudos e as pesquisas, com três trabalhos. Chama-nos à atenção que as universidades situam-se na Região Sudeste, na sua maioria dos trabalhos, tendo apenas a Universidade Federal do Rio Grande do Norte representando o nordeste. Também é imprescindível observar que são universidades públicas que lideram as pesquisas.

Cabe mencionar que há trabalhos que estão ligados a programas de pós graduação que não são voltados para a Educação, como Saúde na Comunidade, Enfermagem, Enfermagem em Saúde Pública. Além disso, há trabalhos que não apontam a origem do programa, o que nos deixam com apenas dois trabalhos oriundos de programas da Educação, e um assumidamente da área de Letras. Acreditamos que seja necessário uniformizar as informações, a fim de, favorecer as pesquisas nas plataformas digitais. Além disso, tais informações remetem à ausência de estudos vindos de programas voltados para a formação de profissionais da Educação Básica.

Apresentamos agora os resultados obtidos nos trabalhos encontrados no site da BDTD, elencamos individualmente cada trabalho e os resultados alcançados tendo em vista o processo de inclusão de crianças com SD.

MARCACINE, J. L.; CHAVES, N. P. S.;

Ressaltamos que estes trabalhos encontrados na plataforma BDTD, foi o resultado após a aplicação dos critérios de exclusão, mencionados anteriormente. Descrevemos, portanto, os resultados obtidos por cada pesquisadora, individualmente. Logo após destacamos os pontos positivos alcançados no processo de inclusão, que foram destacados pelas pesquisadoras para a inclusão de crianças com SD. Em um segundo momento, refletimos acerca das dificuldades enfrentadas para implementação da inclusão de crianças portadoras da SD, na educação infantil.

Iniciamos com o trabalho da pesquisadora Keila Cristiane de Oliveira Carneiro (2009) o qual apontou que a inclusão ainda é precária, já que a escola enfrenta várias adversidades, ou seja, fatores externos como adaptação física, baixa remuneração dos profissionais, além da falta de incentivo. No trabalho de Anhão (2009), ela descreveu o processo de interação e observou que o comportamento das crianças com SD apresentaram um desenvolvimento similar ao dos alunos com Desenvolvimento Típico (tradicional). Também ressalta que a inclusão pode ser implementada, desde que haja o envolvimento dos atores deste processo.

A estudiosa aponta que “crianças com SD revelam sim, um déficit nas habilidades sociais assertivas, ou seja, aquelas que dependem de uma maior iniciativa, mas também desenvolvem melhor as habilidades sociais passivas, ou seja, aquelas em que a atuação do meio é determinante.” (p.75). Em sua tese defendida em 2017, os resultados reforçam que a convivência entre alunos com SD e DT é possível e ambos podem desenvolver-se cognitivamente, porém ressalta que a criança com SD precisa de atenção do profissional de educação para lhe auxiliar em algumas atividades, mas não compromete a aprendizagem.

Flávia Mendonça Rosa Luiz (2013) destacou que a formação inicial dos professores também não contempla de maneira sólida a questão da inclusão, ou seja, não prepara adequadamente os licenciandos para atuar com crianças com algum tipo de necessidade especial.

Ingrid Anelise Lopes (2011) aponta também os desafios da formação docente para o desenvolvimento da inclusão, pois a formação ainda é precária, o que nos faz pensarmos na importância da pesquisa científica para potencializar a inclusão nas escolas regulares.

Sára Maria Pinheiro Peixoto (2019) destaca que o aprendizado ocorre em de forma integral às outras experiências vividas, assim, reitera a necessidade de romper com os paradigmas reducionistas que surgem do lugar comum e assim valorizar as experiências, apostando na construção de novos saberes, tanto para os profissionais quanto para as crianças que se encontram em processo de inclusão.

Danielle Lueth Assaf (2017) relata que a legislação, principalmente a LDB, ainda não consegue abranger as necessidades que são apresentadas pelas escolas que recebem alunos com necessidades especiais, assim, além de ser necessária a revisão dos currículos dos cursos de formação de profissionais da área da educação, faz-se necessária a revisão da legislação a fim de que ela possa torna-se eficaz e contribuir para o processo de inclusão, pois, como aponta a estudiosa, alguns pontos estão obscuros na legislação vigente.

Kátia Patrício Benevides Campos (2012) afirma que a inclusão não demanda apenas condições de acesso, para um efetivo processo de inclusão é preciso “oportunidades sociais” o que implica uma postura da escola para ressignificar as crenças que até então estão postas o que acarreta em novas perspectivas pedagógicas, e um dos elementos dificultador é a dificuldade de implementar as políticas públicas no sistema educacional, que segundo ela são exemplos “despreparo dos professores” e “ausência de conhecimento sobre as concepções de ensino”.

Larissy Alves Cotonho (2014) aborda em seus resultados a necessidade de se reconstruir o ser professor, pois, entre tantas adversidades, que a escola atravessa, o professor deve adotar uma postura confiante em seu trabalho e, conseqüentemente, na aprendizagem de seus alunos, seja com necessidades especiais ou não. Ela discute também que não há um consenso quanto ao currículo da Educação Infantil, o que gera uma nova problemática quando se pensa em currículos para a Educação Especial Infantil. Assim, a autora defende a necessidade do aperfeiçoamento contínuo dos profissionais de educação e uma discussão quanto às políticas públicas, principalmente, quanto ao currículo para a Educação Infantil.

Após a apresentação geral dos trabalhos, passamos então a comentar os pontos positivos que estes trabalhos apontam quanto a inclusão de crianças com SD. Entendemos aqui que os estudos de Anhão (2009, 2017) são essenciais, pois, descontroem a ideia de que a criança com SD não consegue acompanhar/desenvolver

MARCACINE, J. L.; CHAVES, N. P. S.;

como as crianças de desenvolvimento típico. Acreditamos que como foi relatado em seu trabalho, mais enfaticamente em sua tese de doutoramento, em 2017, ela apresenta dados consistentes quanto ao não comprometimento da aprendizagem das crianças com SD. Peixoto (2019) também demonstra que a inclusão de crianças com SD é possível, principalmente ao tomarmos a aprendizagem além da visão conteudística.

Quanto as dificuldades relatadas nos estudos, observamos a robustez do discurso das pesquisadoras em apontar a necessidade de aperfeiçoamento, principalmente, dos professores como se observa nos trabalhos de Cotonho (2014), Campos (2012), Lopes (2011) e Luiz (2013). Todas ressaltam a necessidade de aperfeiçoamento dos profissionais da educação, inclusive dos educadores, pois o processo de educação se faz em diversas instâncias, além da sala de aula. É notoria a preocupação em se desmistificar a inclusão de crianças com SD na Educação Básica, porém, é preciso que não se atribua unicamente aos professores o peso de assumir que a inclusão torne-se uma realidade, pois há outros atores sociais que precisam se envolver como a família, o Estado.

Conforme Assaf (2017) apontou na sua pesquisa a legislação brasileira é precária no que tange a inclusão, pois não há currículos oficiais que tratem desta modalidade. Dessa maneira, se a legislação é falha, refletirá nas ações que são desenvolvidas nas escolas básicas. Diante deste cenário faz-se urgente à revisão da legislação, implementação de currículos, logo, o aperfeiçoamento dos profissionais da educação. Estas são etapas que precisam ser vencidas durante esta nova década para que a inclusão de crianças com SD torne-se uma realidade.

É sabido que é sim muito complexa a Inclusão de alunos com qualquer necessidade especial, no entanto, a escola como um espaço social deve se adequar para receber estes alunos, e não servir apenas de “depósito” é preciso que haja um compromisso com a aprendizagem destas crianças, visando dar-lhes a autonomia necessária para a vida.

Conclusão

Com este trabalho foi possível constatar que não temos uma base sólida acerca do processo de inclusão de pessoas portadoras da Síndrome de Down, já que no intervalo

MARCACINE, J. L.; CHAVES, N. P. S.;

entre 2009 e 2019 encontramos apenas nove trabalhos abordando esta temática, entre dissertações e teses.

Ao observar estes trabalhos, notamos que é preciso adequar a prática docente para receber alunos com Síndrome de Down, seja nos métodos, seja nos espaços físicos, seja em práticas educativas, na aceitação das diferenças, de que turmas heterogêneas são as reais.

Assim, faz-se importante ressaltar que o investimento em pesquisas sobre a inclusão de crianças com SD precisa ser ampliado, além de investimentos consistentes na formação inicial de professores para que estes profissionais estejam capacitados, realmente, para transformar o processo de inclusão, pois como foi reforçada pelos trabalhos pesquisados a tônica precisa estar na formação, o que não implica cursos de formação continuada, já que os profissionais que se encontram no mercado de trabalho são essenciais para a promoção da inclusão.

Também faz-se necessário repensar os currículos oficiais da Educação Infantil, levando em conta não apenas a formação conteudística, mas uma formação integral que leve em conta as individualidades e especificidades, para que tenhamos, num futuro próximo uma sociedade com mais empatia pelo outro, que não discrimine pessoas que não se adequam ao padrão imposto, como ocorre ainda atualmente.

Esperamos alcançar em um futuro breve resultados mais promissores sobre a inclusão de pessoas com Síndrome de Down, para que o momento de aprendizagem seja único, motivador e transformador.

Referências:

ANHÃO, P. P. G. **O processo de interação social na inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down em educação infantil**. 2009. Programa de Pós-Graduação em Saúde na Comunidade, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/17/17139/tde-28102009-151637/> Acesso em 06/03/2020

ANHÃO, P. P. G. **Análise do desempenho de crianças com síndrome de Down no ambiente de Educação Infantil**. USP/Ribeirão Preto, 2017. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22133/tde-27112017-201336/> Acesso em 06/03/2020.

ASSAF, D. L. **A ESCOLARIZAÇÃO DO ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN E O ENSINO ESPECIALIZADO**. [172 folhas]. Dissertação (Educação) - Universidade Metodista de São Paulo, [São Bernardo do Campo] 2017. Disponível em <http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/1664> Acesso em 06/03/2020

MARCACINE, J. L.; CHAVES, N. P. S.;

BISSOTO, M. L. **Desenvolvimento cognitivo e o processo de aprendizagem do portador de síndrome de Down: revendo concepções e perspectivas educacionais.** Ciência & Cognição, v. 04, p.80-88, mar. 2005.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1998.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente (ECA).** Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Legislação correlata. – 13. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).** Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016.

CAMPOS, K. P. B. **Isabel Na Escola: Desafios E Perspectivas Para a Inclusão De Uma Criança Com Síndrome De Down Numa Classe Comum.** 2012. Disponível em: http://www.btd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5279 Acesso em 06/03/2020

CARNEIRO, K. C. O. **O processo de inclusão de uma criança com síndrome de down na educação infantil.** 2010. 132 f. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2010. Disponível em <http://hdl.handle.net/11449/90285> Acesso em 06/03/2020

CLEMENTE FILHO, J. **Por uma educação inclusiva.** Porto Alegre: Mediação, 1996.

COTONHOTO, L. A. **Currículo E Atendimento Educacional Especializado Na Educação Infantil: Possibilidades E Desafios à Inclusão Escolar.** 2014. Disponível em <http://repositorio.ufes.br/handle/10/2188> Acesso em 06/03/2020.

FERREIRA, N. S. A. **As pesquisas denominadas “Estado da Arte”.** Educação & Sociedade, ano XXIII, nº 79, Agosto/2002. P.257-272

KIBRIT, B. **Possibilidades e desafios na inclusão escolar.** *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 16(4), 683-695, 2013 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-47142013000400013&script=sci_arttext Acesso em 20/03/2019

LIMA, P. A. **Educação Inclusiva e Igualdade Social.** São Paulo: Avercamp, 2006.

LOPES, I. A. **Os Sentidos Atribuídos à Escrita Por Uma Criança Pequena Com Síndrome De Down: Um Estudo a Partir De Atuação Pedagógica Na Educação Infantil.** [UNESP]. 2011. Disponível em: http://btd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_c35843ced09bdf9d615a1e7963507059 Acesso em 06/03/2020.

LUIZ, F.M.R. **Experiência de professoras da Educação Infantil no processo de inclusão escolar de crianças com síndrome de Down.** EERP/USP, Ribeirão Preto, 2011. Disponível em <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22133/tde-22012014-102952/pt-br.php> Acesso em 06/03/2020

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MARCACINE, J. L.; CHAVES, N. P. S.;

MATOS, S. B. Síndrome de Down. Avanços e perspectivas. *Rev. Saúde. Com.* 3(2): 77-86; 2007.

PEIXOTO, S. M. P. **O Corpo Como Sentido, Criação E Significado Da Criança Com Síndrome De Down: Uma Proposta De Intervenção Docente Na Educação Infantil.** 2019. Disponível em <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/26843> Acesso em 06/03/2020.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo Um a Sociedade Para Todos.** 3ª edição. Rio de Janeiro: WVA, 1999, 174p.

Como citar este artigo (ABNT)

MARCACINE, J. L.; CHAVES, N. P. S.; **O processo de inclusão de crianças com Síndrome de Down nas escolas públicas a partir de teses e dissertações realizadas no Brasil no período de 2009 a 2019.** *Revista Iniciação & Formação Docente*, Uberaba, MG, v. X, n. X, p. XXX-XXX, 2020. Disponível em: <inserir link de acesso>. Acesso em: inserir dia, mês e ano de acesso. DOI: inserir link do DOI.

Como citar este artigo (APA)

MARCACINE, J. L.; CHAVES, N. P. S.; (2020). **O processo de inclusão de crianças com Síndrome de Down nas escolas públicas a partir de teses e dissertações realizadas no Brasil no período de 2009 a 2019.** *Revista Iniciação & Formação Docente*, X(X), XXX-XXX. Recuperado em: inserir dia, mês e ano de acesso de inserir link de acesso. DOI: inserir link do DOI.